



A concorrência registrada no Tocantins é inferior aos demais estados

Tocantins tem menor concorrência por vaga para a Câmara

O Tocantins tem 98 candidaturas registradas para as 8 vagas destinadas ao estado na Câmara dos Deputados nas eleições de 2026. A proporção é de 12,2 concorrentes por cadeira, conforme levantamento baseado em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O índice coloca a unidade na 26ª posição entre as 27 unidades da Federação. Apenas o Amapá apresenta relação menor, com 11,1 nomes por vaga. A média nacional é de 15 candidaturas por cadeira, considerando 7.708 registros para 513 postos. No outro extremo, o Distrito Federal tem a maior proporção, com 20,8 candidatos para cada uma das 8 vagas. O cálculo considera a divisão do total de candidaturas registradas pela quantidade de cadeiras reservadas a cada estado. No Tocantins, a conta resulta em 12,25, arredondada para 12,2. A quantidade de vagas de cada unidade é definida conforme sua representação populacional.

AM ganha quatro reservas de desenvolvimento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto criando quatro reservas de desenvolvimento sustentável no Amazonas. A medida protege a biodiversidade e os modos de vida agroextrativistas das populações locais, em categoria de unidade de conservação que admite o uso sustentável dos recursos pelos moradores. As reservas são Tupana Igapó-Açu I, no município de Borba; Tupana Igapó-Açu II, em Beruri e Tapauá; Canaã, em Careiro e Aratazes; e Mirari, em Humaitá.



O evento também marcou a destinação de R\$ 50,5 milhões

Ação da polícia no Amapá

A Polícia Civil do Estado do Amapá, por meio da Delegacia de Polícia de Tartarugalzinho, prendeu um homem, de 74 anos de idade, condenado judicialmente por estupro de vulnerável. O mandado decorre de sentença condenatória transitada em julgado, com pena fixada em 8 (oito) anos e 10 (dez) meses de reclusão, pelo crime de estupro de vulnerável a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Após os procedimentos de praxe na unidade policial, o custodiado será apresentado em audiência de custódia.

Fóssil de tartaruga gigante no Acre

Uma equipe de 16 pessoas participou da expedição que encontrou, em 2025, um fóssil de tartaruga com mais de 2 metros em Assis Brasil, no Acre. O grupo percorreu por 7 horas o Rio Acre até a região de Patos, próxima à Aldeia dos Patos, no território Manchineri. O local fica na Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre, na fronteira com o Peru, e reúne registros de animais. A viagem ocorreu na seca.

Medidas

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) instaurou procedimento para acompanhar medidas adotadas na unidade de saúde localizada na Cidade Nova, em Manaus. A 58ª Promotoria de Justiça pediu à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM) informações sobre limpeza, higienização e reforma do prédio.

Autorização

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) recorreu ao Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) contra decisão que negou pedido para impedir o início do rodeio da Expofac 2026 enquanto houver exigências pendentes. O órgão cita autorizações, vistorias, documentos sanitários, seguro e medidas de proteção animal.

Obra

A obra que amplia a ligação entre Palmas e Luzimangues, distrito de Porto Nacional, chegou a 87% de execução. O projeto inclui uma solução de iluminação com energia solar, prevista para ser instalada após a concretagem. O serviço recebe R\$ 97 milhões. Já o conjunto de intervenções na região soma cerca de R\$ 250 milhões.

Auxílio

A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) abriu seleção para conceder auxílio a estudantes que apresentarem pesquisas em eventos científicos no Brasil. O Edital nº 61/2026 prevê até R\$ 104,6 mil para despesas como passagens, deslocamento, hospedagem e inscrição. Podem participar alunos de iniciação científica e pós-graduação.

Defesa

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idosos, e Acidente de Trabalho de Belém, realizou, no dia 2 de setembro, o terceiro encontro do projeto “CREAS: Papéis e Responsabilidades – Diálogos Formativos com a Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa”.

Meio Ambiente

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal em Altamira (PA) multa diária de R\$ 50 mil à União pela demora no envio de forças de segurança à Terra Indígena Ituna-Itatá. A área, destinada à proteção de indígenas isolados, foi ocupada por mais de 500 pessoas. O órgão aponta aumento de queimadas e desmatamento.



A ação busca contextualizar a importância de manter a neutralidade

MP recomenda medidas contra propaganda irregular

Prefeitura foi orientada a coibir propaganda política, em Rondônia

Da **Redação**

O Ministério Público Eleitoral emitiu recomendação para assegurar que as eleições ocorram de forma justa e equilibrada em Rondônia. O foco da iniciativa é a 15ª Expovale, tradicional feira agropecuária que será realizada entre os dias 17 e 20 de setembro, no Parque de Exposições do município de Vale do Paraíso. O objetivo é evitar que o espaço festivo seja utilizado para condutas que desrespeitem as leis eleitorais.

Na recomendação direcionada ao prefeito, aos secretários e aos organizadores da feira, o MP Eleitoral alerta que é proibido realizar ou permitir a distribuição gratuita de bens, valores ou qualquer tipo de benefício por parte da administração pública, de candidatos ou de detentores de mandato eletivo. Além disso, a estrutura física e a equipe de apoio contratada para o evento não podem ser utilizadas, sob qualquer hipótese, para fazer propaganda de quem está disputando cargos eletivos nas Eleições 2026. A orientação também vale para campanhas difamatórias ou negativas contra outros candidatos. O MP Eleitoral também destaca que há proibição rigorosa de propagan-

das visuais de grande porte. Painéis, banners ou outdoors que promovam pessoalmente autoridades ou candidatos, utilizando fotos, nomes, símbolos ou slogans políticos, estão proibidos no espaço do evento. A legislação eleitoral classifica o Parque de Exposições como um bem de uso comum, local onde é proibida a fixação de qualquer tipo de publicidade partidária.

Embora a Justiça Eleitoral permita a entrega de panfletos informativos em espaços abertos de convivência pública, o MP Eleitoral reforça que esses materiais não podem ser colados ou fixados em nenhuma estrutura física do local.

A orientação segue determinações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que já ordenou a remoção de painéis publicitários gigantes que causavam efeito semelhante a outdoors e traziam promoção de agentes públicos no estado. A ação preventiva busca contextualizar a importância de manter a neutralidade nas festividades regionais, que reúnem produtores, artesãos e milhares de visitantes. Para o MP Eleitoral, o abuso de poder político e econômico em celebrações financiadas ou apoiadas pelo dinheiro público.